



Universidade de Brasília Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Brasil-África Subsaariana e a cooperação para segurança alimentar:  
o caso do Quênia**

**Julia Nogara Marcon**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de  
Especialista em Relações Internacionais**

**Orientador: Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva**

**Brasília**

**2017**

## **RESUMO**

As mudanças climáticas bem como as crises econômica e alimentar nos últimos anos, provocaram um agravamento da fome e desnutrição nos países da África Subsaariana, o que acabou se tornando uma situação crônica em muitos lugares. O Brasil atua ativamente como facilitador de cooperação para segurança alimentar, através da transferência de conhecimentos e expertise resultados de sua experiência de sucesso. Buscando desenvolver uma estratégia nacional que fosse capaz de construir e fortalecer sua autossuficiência no combate a insegurança alimentar crônica, o Quênia lançou um programa nacional de alimentação escolar com base no modelo brasileiro. A implementação de programas a partir de políticas públicas de êxito podem ser de grande valia, mas não são suficientes para alcançar plenamente os objetivos a longo prazo. Uma série de fatores deve ser levado em conta para que as ações se tornem de fato eficientes.

**Palavras-chave:** cooperação sul-sul; segurança alimentar; Brasil; Quênia.

## **ABSTRACT**

Climate change as well as the economic and food crises in recent years have led to a worsening of hunger and malnutrition in the countries of sub-Saharan Africa, which has become a chronic situation in many places. Brazil acts actively as a facilitator of cooperation in food security, through the transfer of knowledge and expertise results of its successful experience. Seeking to develop a national strategy able to build and strengthen its self-sufficiency in addressing chronic food insecurity, Kenya has launched a national school feeding program based on the Brazilian model. Implementing programs from successful public policies can be of great value, but they are not enough to fully achieve the long-term goals. A number of factors must be taken into account so that actions become truly efficient.

**Key words:** south-south cooperation; food security; Brazil; Kenya.

## **INTRODUÇÃO: A CRISE ALIMENTAR NA ÁFRICA SUBSAARIANA E A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COMO FERRAMENTA DE APOIO**

Apesar do grande potencial agrícola da África, muitas regiões ainda sofrem com a fome. Estima-se que uma a cada quatro pessoas não tem acesso a alimentação e nutrição adequadas na África subsaariana. As mudanças climáticas assim como as crises econômica e alimentar nos últimos anos, provocaram um agravamento da situação. Esta condição contínua aumentou a pressão por uma resposta internacional mais eficiente e organizada à crise, questionando o modo como a ajuda era até então prestada.

Segundo o Relatório Indicadores de Desenvolvimento Global 2016 do Banco Mundial, a África Subsaariana ao contrário da maioria dos países não apresentou redução no nível de pobreza entre os anos 1990 até 2002. O índice de desnutrição ainda permanece próximo de 40% nos países de baixa renda, o que mostra que a região ainda sofre com graves problemas sociais. (IBRD-IDA, 2016)

Não obstante a luta contra a insegurança alimentar na região já date quase meio século, uma série de fatores externos agravaram a situação nos últimos anos, fazendo da crise uma condição crônica em certas áreas africanas. A segurança alimentar é uma necessidade humana fundamental e um importante indicador de pobreza e bem estar de uma população. Entende-se por segurança alimentar o acesso físico, social e econômico ao alimento seguro, suficiente para suprir as necessidades nutricionais e suas preferências alimentares para uma vida saudável.<sup>1</sup>

A segurança alimentar depende não só da disponibilidade e acesso aos alimentos, mas também da estabilidade dos seus recursos. Acreditava-se no início que a crise alimentar fosse determinada pela questão da oferta. As concepções de que a escassez viria do fracasso dos governos locais em fornecer comida às suas populações e da necessidade de investimentos para implementação de novas tecnologias para a agricultura e melhores sistemas de distribuição de alimentos, mostraram-se incapazes de explicar o insucesso da ajuda alimentar na luta contra a fome. As alterações no clima e as crises econômicas trouxeram ao debate a necessidade de se pensar em novos métodos de combate que pudessem se adequar à

---

<sup>1</sup> FAO- Cúpula Mundial da Alimentação, 1996.

cada problema e necessidade local, como por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias agrícolas para responder às mudanças climáticas e cooperação entre grupos de atores para construção de novas políticas. (RADEMACHER, 2017)

Nesse contexto, a cooperação sul-sul surge como uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento dos países africanos, promovendo uma série de ações que visam mitigar problemas como esse. Há um histórico de solidariedade entre os PED<sup>II</sup> que vai além dos interesses comerciais, estende-se à vontade de coordenar políticas para propagar o desenvolvimento da região sul como um todo. Embora as disparidades tenham aumentado na região nos últimos dez anos com o crescimento e desenvolvimento social e político de países como a China, Índia e Brasil, a cooperação sul-sul ainda vem sendo uma janela de possibilidades para os países mais pobres, por meio de parcerias comerciais e aumento da ajuda para o desenvolvimento. É o caso da China e Brasil, que mesmo com uma participação menor na área durante a última década, tem investido muito na implementação de políticas voltadas para as necessidades desses países. (IPC-IG, 2010)

A partir de experiências bem sucedidas no combate à fome e à pobreza, o Brasil tornou-se um grande aliado na disseminação de conhecimentos e na construção de políticas públicas de proteção social, firmando parceria com a Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO). No ano de 2008, o governo brasileiro e a organização assinaram um acordo que estabeleceu um programa de cooperação internacional nas áreas de desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar nutricional. Desde então, vários projetos envolvendo esses temas foram desenvolvidos. (FAO, 2016)

Em 2010 foi realizado em Brasília a cúpula de alto nível “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, que resultou no PAA<sup>III</sup> África. O programa, originado a partir de um compromisso assumido pelo governo brasileiro para reforçar sua parceria com os países africanos, é inspirado na experiência brasileira e tem como objetivo contribuir para a segurança alimentar e geração de renda por meio de iniciativas de assistência alimentar a partir de alimentos locais adquiridos da agricultura familiar. (PAA, 2016)

---

<sup>II</sup> Países em desenvolvimento

<sup>III</sup> Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa Mais Alimentos África é outro exemplo de cooperação realizada a partir da adaptação de políticas brasileiras. Seu objetivo é promover o aumento da segurança alimentar e produtividade agrícola na África por meio de maiores acessos à tecnologia. Conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como principal atividade oferecer linhas de crédito para a aquisição de máquinas e equipamentos brasileiros dirigidos à agricultura familiar de países africanos. O programa ainda é complementado com uma assistência técnica especializada aos receptores. (IPC-IG, 2012)

Outra iniciativa brasileira que recebeu grande reconhecimento internacional e se tornou objeto de cooperação com a África foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Iniciado em 1955, atualmente oferece alimentação escolar a todos os alunos da educação básica matriculados em instituições conveniadas com o poder público. A parceria do PNAE com o PAA na incorporação de um modelo incentivo da aquisição de alimentos locais da agricultura familiar, tornou-se fonte de inspiração para nações africanas servindo de modelo para criação de políticas. (ACTIONAID, 2015)

Os três programas supracitados integram a Estratégia Fome Zero, uma evolução do Programa Fome Zero, e buscam a partir de uma atuação conjunta uma maior sustentabilidade, eficácia e abrangência às ações de combate à fome. A cooperação do Brasil com os países em desenvolvimento visa replicar essas iniciativas e fomentar programas nacionais de alimentação escolar a partir da aquisição local dos alimentos. (BOECHAT, 2016)

Os países do Sul compartilham algumas similaridades herdadas ainda no período em que foram colônias. Sociedades estratificadas, com alto grau de disparidades sociais e pobreza são alguns desafios diários enfrentados por essas nações. O elevado número de pessoas cronicamente subnutridas nessas regiões está intrinsicamente ligado a essas características históricas. Todavia, por trás dessas semelhanças está um cenário muito mais complexo, com muitos fatores e causas, que exige múltiplas abordagens para a realidade de cada localidade. Pensar em replicar políticas sem antes analisar os elementos que compõem cada ambiente receptor pode não trazer os mesmos resultados.

A cooperação, por ser realizada com diferentes atores estatais e privados, auxilia os governos na elaboração de políticas públicas capazes de melhor atender a sociedade. No entanto, para que resultados concretos sejam alcançados é fundamental adaptar adequadamente as práticas à realidade qual se destina tal ação. Dessa maneira, o desenvolvimento de estudos nessa área pode ser muito proveitoso para a construção de novos projetos, dado a imensidade de elementos envolvidos.

O artigo pretende analisar tais iniciativas desenvolvidas a partir da cooperação para segurança alimentar do Brasil com a África Subsaariana, em especial o Quênia. Mediante uma coleta de dados oficiais e relatórios internacionais, serão apresentadas algumas especificidades do país receptor; o papel do Brasil como fornecedor de cooperação para segurança alimentar; e os programas implementados. Por fim, serão apontados os resultados encontrados com base nas ações implantadas.

## **COOPERAÇÃO: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO**

O estudo da cooperação recebeu grande impulso com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A grande devastação da Europa somada a uma economia e sociedade debilitadas, trouxeram a necessidade de se buscar um ambiente pacífico nas relações internacionais da época. A criação da Liga das Nações, diante do Tratado de Versalhes em 1919, foi a primeira tentativa de cooperação entre os países. A ideia de cooperação mútua era vista na época como uma forma de assegurar a paz por meio de interesses comuns e soluções conjuntas. A consolidação da cooperação se deu entretanto, no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e criação das Nações Unidas em 1945. Mais do que nunca, era necessário construir um ambiente que fosse capaz de manter a paz entre os Estados, e a cooperação era uma das ferramentas para alcançá-la, como aponta o artigo 1º da Carta das Nações Unidas:

“The purposes of United Nations are: to maintain international peace and security (...); to develop friendly relations among nations based on respect for the principle of equal rights and self-determination of peoples, and to take other appropriate measures to strengthen universal peace; to achieve international co-operation in solving international problems of an economic, social, cultural, or humanitarian character, and in promoting and encouraging respect for human rights and for fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language or religion;

and to be a centre for harmonizing the actions of nations in the attainment of these common ends.” (CHARTER OF UNITED NATIONS, 1945)

A cooperação para o desenvolvimento surgiu ao final da década de 1940 em meio a tensões da Guerra Fria. A divisão do mundo entre duas potências, EUA e URSS, direcionou a cooperação internacional para regiões de interesse dos países desenvolvidos que a controlavam, assumindo nesse contexto um caráter estratégico no sistema internacional. Nesse momento o conceito de cooperação ainda possuía um viés assistencialista, que poderia atenuar os efeitos causados pelo subdesenvolvimento por meio da transferência de recursos e técnicas dos países ricos para os menos desenvolvidos. ( MACIEL, 2009)

Nesse cenário de pós guerra, muito influenciado pelo Plano Marshall, a ideia de desenvolvimento ainda era atrelada ao crescimento econômico. Inspirada por Keynes, a proposta de cooperação estava inicialmente associada a investimentos em economias subdesenvolvidas e assistência técnica. Acreditava-se que o aumento na taxa de investimento dos países subdesenvolvidos pudesse ser capaz de impulsionar o desenvolvimento. A solução para a ausência de poupança interna dos países pobres viria com uma injeção de capital estrangeiro pelas potências, principalmente em projetos de infraestrutura. Essas por sua vez, utilizavam-se dessa ferramenta para criarem alianças estratégicas e garantirem interesses políticos. (PUENTE, 2010)

O surgimento da cooperação para o desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial esteve intrinsecamente ligada à situação geopolítica do momento, como afirma Ayllón (2007, p.8):

“La aparición de la CID en el sistema de relaciones internacionales posterior a la Segunda Guerra Mundial no fue fruto exclusivamente de motivaciones humanitarias o éticas, sino respondió más a una coyuntura geopolítica determinada por la división bipolar del mundo.”

Era claro que esse modelo apresentado pelos países desenvolvidos não seria aplicável no Terceiro Mundo. Os processos de descolonização no pós guerra colocaram em foco as disparidades sociais e o subdesenvolvimento dos países do sul, que passaram a questionar se suas condições seriam efeito desses processos e a partir daí, demandar maior assistência e transferência de recursos do Norte para o Sul.

O primeiro movimento do mundo subdesenvolvido viria na Conferência de Bandung (1955), que culminou com o movimento dos países não- alinhados. Crescia

assim uma consciência da necessidade de reformas no sistema econômico internacional. Na América Latina, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), trouxe um avanço nas discussões sobre subdesenvolvimento, dependência, centro-periferia. (AYLLÓN, 2007)

Em 1959, durante a Assembleia Geral, a ONU substituiu o termo assistência técnica por cooperação técnica por meio da Resolução 1.383, atendendo as reivindicações dos países do Sul. Buscava-se dessa forma, uma mudança de enfoque, reconhecendo a possibilidade de ganhos mútuos a partir de uma troca entre partes, podendo essas serem iguais ou desiguais. (MACIEL, 2009). Em 1964 a organização convocou I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, inserindo o tema desenvolvimento à sua agenda.

No decorrer dos anos até início dos anos 70, os países subdesenvolvidos viram-se diante de uma exorbitante oferta de créditos. Todavia, o capital que impulsionou o processo desenvolvimento de diversos países do Sul também provocou uma enorme dependência, que foi agravada com a segunda crise do petróleo e medidas econômicas tomadas pelos Estados Unidos no mesmo período. (MACIEL, 2009)

A conjuntura turbulenta gerou obstáculos para o desenvolvimento de projetos de cooperação, levando as Nações Unidas a criarem, na década de 1970, um novo conceito de cooperação. Nascia assim o conceito Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), também conhecida como “cooperação horizontal”, que com o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), iniciou uma nova forma de cooperação na política internacional, voltada ao compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os países em desenvolvimento.

Valler (2007, p.42) destaca:

“A cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, ou simplesmente, CTPD, nasce, pois, a partir do reconhecimento da urgência e da dimensão dos problemas com os quais a comunidade mundial se defrontava, bem como daqueles que haveria de enfrentar no futuro.”

Todavia, a década seguinte foi bastante difícil para o mundo em desenvolvimento. De acordo com Puente (2010), a cooperação para o desenvolvimento sofreu uma redução drástica nos anos 1980, sendo reorientada pelos “ajustes estruturais”. Com o Consenso de Washington, o combate à pobreza e



problemas sociais foi deixado de lado em virtude da estabilidade macroeconômica e redução da intervenção Estado. A mudança é sentida drasticamente na América Latina e África, a última em especial, sofrendo um grande retrocesso das suas condições sociais.

A “crise da dívida” dos PED gerou um forte impacto nas políticas de cooperação nos anos 1980, como destaca (IPC-IG, 2010, p.3):

“A *crise da dívida* reduziu significativamente os esforços de cooperação mútua entre os países do Sul, que se tornaram bastante introspectivos. Esse foi um período de desmobilização na história da cooperação Sul-Sul, que durou mais de 20 anos.”

A década de 1990 entretanto, foi bastante favorável para as políticas de cooperação. Pode-se dizer que marcou o renascimento da cooperação internacional. Diversas conferências da ONU propuseram mudanças na maneira de se fazer cooperação para o desenvolvimento, inaugurando uma nova forma de se fazer política internacional.

O 20º Relatório Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do PNUD (IPC-IG, 2010) aponta vários motivos que contribuíram para essa situação. O primeiro seria o objetivo comum com a realização dos Objetivos do Milênio (ODM), que criaram segundo a autora um senso de urgência quanto às questões do Sul. O segundo seria o anseio por um modelo de cooperação mais eficaz, já que o modelo tradicional de cooperação Norte-Sul pouco trouxe para a maior parte da população mundial. O terceiro destaca a questão da recuperação econômica de alguns PED que conseguiram realizar avanços sociais, tornando-se potenciais exemplos para o mundo em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, México, Índia e África do Sul. Essa nova fase da cooperação sul-sul vem investindo em novos atores e práticas, e sua atuação não se limita mais ao comércio e desenvolvimento da indústria, estendendo-se a novos setores como educação, saúde e proteção social.

## **COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR: uma ferramenta de alcance?**

### **O Quênia e o problema da insegurança alimentar**

Economia líder da África Oriental e centro de negócios regional, o Quênia ainda luta para erradicar a fome. Assim como muitos países da região, a situação de insegurança alimentar se agravou após 2008. Grande parte da população queniana não tem acesso a alimentos em quantidades e qualidade adequadas. De acordo com o Kenya Agricultural Research Institute (2011), estima-se que 10 milhões de pessoas dependam de ajuda para se alimentar. A enorme complexidade em que a crise se encontra depara-se com o caráter multifacetado da segurança alimentar.

A questão da segurança alimentar envolve diversos fatores, desde as alterações climáticas até mesmo condições externas ligadas ao sistema internacional. O país tem vivenciado nos últimos anos secas mais frequentes e mais severas, que por sua vez, provocaram aumento nos preços dos insumos e conseqüentemente dos alimentos. Como resultado dos altos níveis de pobreza, grande parte da população tem baixo poder aquisitivo, não sendo capaz de obter alimentos mesmo que a seu alcance. Embora o crescimento econômico dos países africanos tenha proporcionado uma melhora nos índices de pobreza mais recentemente, o desempenho econômico do Quênia pouco pôde fazer para melhorar o problema da fome e da pobreza.

Sadauskaite (2014) destaca que mesmo que a economia possa desfrutar de um extenso setor agrícola<sup>IV</sup>, esse se concentra principalmente na exportação de bens de luxo como café, chá e flores para países desenvolvidos, o país ainda sofre com a escassez crônica de alimentos, dispondo de apenas 20% de suas terras adequadas para uso agrícola.

Outra característica do país que merece destaque quando se pensa na crise alimentar são os diferentes graus de vulnerabilidade à fome e sua relação com certos grupos sociais e a pobreza. A fome não tem relação somente com o déficit alimentar, mas também com a pobreza e falta de recursos financeiros que impedem esses grupos de adquirirem alimentos para sua dieta. A maior taxa de insegurança alimentar do país reside no interior e nas favelas de Nairóbi, onde muitos vivem em pobreza extrema, com menos de US\$ 1,90 por dia.

O Relatório *The State of Insecurity in the World* preparado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Fundo Internacional para

---

<sup>IV</sup> O setor contribui diretamente com 24% do Produto Interno Bruto (PIB) e 27% indiretamente por meio de vínculos com setores de manufatura, distribuição e outros setores relacionados a serviços. É o maior empregador da economia, representando 60% do emprego total. (GoK, ANO)

Desenvolvimento Agrícola (IFAD) e Programa Mundial de Alimentos (WFP) apresenta um estudo sobre os progressos na luta contra a fome com base nas metas internacionais estabelecidas. De acordo com o relatório, de 1990-92 até hoje, houve uma redução de 21,4% no número de pessoas desnutridas. A maior parcela de pessoas com fome ainda se concentra nos países em desenvolvimento, onde se calcula que 780 milhões de subnutridos entre os anos de 2014-16. Apesar da redução a nível global, os índices de pessoas subnutridas por região indicam que a situação da África Subsaariana ainda é preocupante, apresentando até um aumento de 44 milhões de pessoas entre os anos de 1990-92 e 2014-16. O índice PoU<sup>V</sup> embora tenha caído rapidamente entre os anos de 2000-02 e 2005-07 mostrou uma queda mais lenta nos últimos anos, reflexo do aumento dos preços, secas e instabilidades internacionais. Um total de 18 países da região atingiram a meta 1<sup>VI</sup> dos ODM e 4 estão próximos de alcançá-la. O Quênia por sua vez, apresentou uma redução sutil nos números nesse período, mantendo a taxa da população desnutrida acima dos 20%. (FAO, 2015)

Outro indicador que evidencia a complexa situação de insegurança no país é o Global Hunger Index (GHI), desenvolvido pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI). A ferramenta calcula a situação de segurança alimentar a nível global, regional e por país, acompanhando anualmente os progressos na redução da fome. O relatório de 2015 revelou que o Quênia ficou em 64º lugar na análise por país, com 24 pontos em 100. Resultados acima de 20 já são considerados alarmantes. (IFPRI, 2015)

Ainda que a disponibilidade de alimentos esteja estável no momento, com as importações contínuas de países vizinhos como Tanzânia e Uganda, as longas secas enfrentadas estão deteriorando as áreas agrícolas que com o desempenho volátil das chuvas tem contribuído para a deterioração da segurança alimentar nessas regiões. De acordo com o último *Food Security Outlook*, a queda da produtividade agrícola e pecuária causada pelas alterações no clima tem reduzido a renda das famílias que vivem nas áreas rurais e ampliando as lacunas alimentares. O relatório ainda destaca a situação de insegurança alimentar dos refugiados. Mesmo após o governo anunciar o fechamento do campo de refugiados de Dadaab, o país continua recebendo pessoas vindas dos países vizinhos em crise mas com a redução na ajuda humanitária, existe

---

<sup>V</sup> Prevalence of subnutrition

<sup>VI</sup> Poverty eradication

uma grande possibilidade de que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda aumente. (FEWS NET, 2017)

Outra particularidade do caso queniano é a pobreza urbana. Segundo o Banco Mundial (2014), 56% da população urbana do Quênia vive em favelas sob condições precárias de habitação, água e saneamento e serviços limitados de educação e saúde. A falta de oportunidades para subsistência complicam o acesso a alimentação, que depende essencialmente de produtos alimentares comprados.

Para Kimani-Murage, E. W. et al. (2014), o que liga os sistemas de alimentação urbanos à pobreza e vulnerabilidade à insegurança alimentar é justamente o domínio da economia monetária sobre o acesso a alimentação. Mesmo que os preços dos alimentos seja mais acessível nessas comunidades, os meios de subsistência limitados nesses lugares na maioria das vezes não são capazes nem de pagar por essa comida mais barata. Estudos indicam que a insegurança alimentar nessas áreas é bastante elevada, chegando a 85% das famílias em situação de insegurança alimentar de leve a grave.

Esses dados não ilustram apenas esse caráter multifacetado da crise, mas também expõem a existência de diferentes dimensões que demandam variadas abordagens para o alcance de melhorias na segurança alimentar. Para o IFPRI (2015) novas medidas devem ser pensadas, atentando-se às condições de vida reais das populações pobres e sua capacidade de acesso a dietas equilibradas.

### **O papel do Brasil como fornecedor de cooperação para segurança alimentar e nutricional**

Assim como o Quênia, o Brasil também sofria com índices alarmantes de pobreza e fome, entretanto, a vontade política aliada a uma combinação de redes de segurança com programas de proteção social melhoraram significativamente a segurança alimentar na região. O país apresentou uma redução de dois terços no GHI em comparação ao ano de 2000. Segundo o IFPRI (2015), o impressionante progresso se deu em partes pelo Programa Fome Zero do governo que incluiu o Bolsa Família, programa de transferência de renda. Em 2009 o país atingiu a meta

dos ODM em reduzir a pobreza e desnutrição pela metade, seis anos antes do prazo estabelecido.

A habilidade do Brasil em lidar com a crise alimentar serviu de exemplo para demais países e organizações que enfrentam os mesmos desafios. A abordagem multidimensional brasileira, que alia políticas de proteção social à políticas de geração de renda vai ao encontro do que se procura para tratar os novos desafios globais, podendo servir de base para a implementação de políticas mais inovadoras.

A experiência brasileira no enfrentamento da fome e da pobreza tem atraído um número crescente de países em desenvolvimento desde metade dos anos 2000, principalmente nos governos Lula, intensificando a cooperação Sul-Sul no campo alimentação por meio de diversas parcerias como visitas diplomáticas, seminários, pesquisas, posições comuns em espaços multilaterais, etc. Muñoz e Carvalho (2016) destacam o momento em que essas relações são aproximadas:

“ essa retomada ocorre em um momento em que os países em desenvolvimento se veem como capazes de cooperar entre si, “a fim de garantir reformas políticas da governança global (FMI, Banco Mundial, ONU) e resolver seus próprios problemas econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas, esforços comuns, interdependência e reciprocidade.”

Para as autoras, a cooperação brasileira no campo da alimentação se evidencia-se como uma oportunidade de melhorar a situação nutricional no continente africano. Embora as possibilidades de adaptação e de troca de experiências semelhantes possa parecer uma grande mudança no sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento se analisado pelo nível sistêmico, deve contudo, ser contraposto “com os reais alcances da cooperação, os atores envolvidos, os efeitos e contradições que pode estar gerando.”

Um grande número de iniciativas governamentais e privadas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, de âmbito regional e global, contaram com o envolvimento do Brasil desde o ano de 2004. Essas iniciativas ilustram a importância do tema no cenário internacional e o papel ativo do país na promoção de ações pela segurança alimentar a nível global. Destaque para o estabelecimento de dois centros internacionais resultados de parcerias do governo brasileiro como o Centro Internacional de Pobreza (IPC) e Centro de Excelência contra a Fome, com o PNUD e PMA respectivamente. (BEGHIN, 2014)

De acordo com a autora, grande parte da dificuldade em analisar a efetividade da cooperação em segurança alimentar e nutricional reside na árdua tarefa de encontrar dados e na vasta dimensão de projetos e parceiros envolvidos. Com base em um levantamento de 2013 realizado para o XIII Plenário da Consea, 56 projetos vigentes de cooperação técnica e de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional foram identificados, sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da CGFome. Mais de dois terços desses projetos (68%) estão concentrados em quatro áreas: fortalecimento da agricultura de pequeno porte (20%); produção e processamento de alimentos (18%); acesso a alimentos em situação de emergência (16%); e alimentação escolar (14%).

Duas modalidades se destacam na cooperação na área da segurança alimentar e nutricional: a técnica e a humanitária. A modalidade técnica conta com quatro tipos de cooperação: bilateral, trilateral, em bloco ou plurilateral e descentralizada. A cooperação humanitária, embora não tenha suas ações diretamente ligadas à segurança alimentar, tem como finalidade assegurar que pessoas em vulnerabilidade socioeconômica tenham sua alimentação garantida. Busca a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico por meio de ações mais preventivas. Essa modalidade teve um impulso em 2004, com a criação da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome), ligada ao Ministério das Relações Exteriores. Outro órgão ativo no desenvolvimento da área de segurança alimentar e nutricional é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), contribuindo com a produção de informações, participações em espaços internacionais e recomendações a fim de contribuir com o tema da segurança alimentar a partir da troca de experiências com outros países interessados. (BEGHIN, 2014)

Segundo especialistas, em 2012 ocorreu um ponto de inflexão nas políticas brasileiras de cooperação Sul-Sul em segurança alimentar e proteção social. O foco das políticas, antes voltadas a programas de transferências de renda passou para programas de segurança alimentar e nutricional. A mudança foi provocada por fatores políticos e técnicos, como a criação de novas parcerias com atores externos, que passaram a se envolver mais ativamente, patrocinando iniciativas como o PNAE,

e facilitando a aproximação e transferência de conhecimentos entre o Brasil e os países africanos. Apesar de tantos projetos e iniciativas nesse segmento, apenas dois programas foram instalados formalmente: o PAA África e Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE – Ministério da Educação, Centro de Excelência contra a Fome do PMA, DFID e ABC), esse último com participação do Quênia. (IPC-IG, 2016)

O PNAE brasileiro é o maior programa universal de alimentação escolar no mundo, e uma das mais antigas políticas públicas que integram a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do país. Ao agregar a promoção de alimentos escolares à agricultura familiar local o programa ganhou visibilidade internacional, apresentado em importantes encontros internacionais como “uma alternativa eficiente de política pública de combate à desnutrição infantil adequada à realidade de países em desenvolvimento”. (ACTION AID, 2015, p.7)

Para o MDA, o grande interesse de países em desenvolvimento pelos programas brasileiros é o papel-chave do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na geração de renda para agricultores familiares e em estratégias nacionais de segurança alimentar e nutricional. Desde 2010, projetos-piloto inspirados no PNAE e PAA estão sendo desenvolvidos em dez países africanos: Costa do Marfim, Zimbábue, Gana, Ruanda, Quênia, Moçambique, Malauí, Senegal, Etiópia, Niger. Em fevereiro de 2011, o governo brasileiro assinou uma parceria com a FAO (Projeto Brasil-FAO) para a execução de um compras institucionais da agricultura familiar, a ser implementado em 3 anos nesses países com orçamento de US\$ 2 milhões, em parceria com governos, organizações de agricultores e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). A coordenação dos projetos de transferência da metodologia dos programas, é compartilhada entre o Ministério das Relações Exteriores e os demais ministérios e órgãos como o MDA, MDS, FNDE, Conab. (BRASIL, 2017)

Em 2013 o Brasil e a FAO assinaram o projeto “Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar nos Países Africanos”, uma parceria entre a organização e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) Educação e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Através do compartilhamento de experiências e a cooperação

técnica relacionada aos programas de alimentação escolar e seus vínculos com a agricultura familiar o projeto visa impulsionar o desenvolvimento econômico local, adaptando a atividades às necessidades e realidades locais, oferecendo suporte para políticas públicas relacionadas a segurança alimentar e nutricional, alimentação escolar e agricultura, desenvolvimento rural sustentável, estratégias de redução da pobreza, entre outros. A iniciativa é uma expansão do modelo que já vinha sendo desenvolvido nos países da América Latina e Caribe. (FAO, 2017)

### **O programa de alimentação escolar no Quênia e o incentivo a agricultura familiar: uma lição do Brasil**

O programa de alimentação escolar foi implementado no Quênia ainda na década de 80. Usado inicialmente como estratégia para fomentar a matrícula e permanência de meninas e crianças das áreas rurais, acabou se tornando um verdadeiro aliado para realização da meta de educação primária universal no país. No entanto, a forte dependência da ajuda externa o expôs integralmente à um apoio internacional muitas vezes incerto. (LANGINGER, 2011)

Desde o início o projeto contou com a parceria do PMA, responsável tanto pela parte financeira quanto pela gestão, e tinha como alvo as regiões com maiores taxas de insegurança alimentar, desistência escolar e disparidades sociais do país, além de todas as escolas primárias situadas nas regiões semiáridas e determinados assentamentos informais de Nairóbi. Buscando alcançar a sustentabilidade do programa, o Quênia e o PMA iniciaram uma transição para passar o comando das atividades ao governo queniano. O processo iniciou em 2009, quando o governo assumiu a responsabilidade pela alimentação de 540 mil crianças na região do semiárido. (ONU BRASIL, 2016)

Recentemente o governo queniano decidiu expandir seu papel na implementação de programas de alimentação escolar em todo o país, introduzindo um plano nacional de alimentação escolar, o Home-Grown School Meals Program (HGSMMP). O plano visa procurar maneiras de melhor integrar e promover metas em educação, agricultura e desenvolvimento rural por meio de uma cooperação



intersetorial. Os Ministérios da Educação e Agricultura buscam dessa maneira tornar o programa mais sustentável e independente. (LANGINGER, 2011)

Com o lançamento do HGSMP, o governo do Quênia introduziu um modelo muito parecido com o brasileiro, estimulando a produção agrícola local através da compra de alimentos de pequenos agricultores e fornecedores locais, procurando cumprir assim, com os objetivos de crescimento econômico e proteção social.

Com a criação do Centro de Excelência contra a Fome em 2011, o programa de alimentação escolar que já possuía o apoio do PMA, agora passa a contar com a participação do Brasil. Desde então o centro atua oferecendo suporte para o desenvolvimento um plano de ação para articular as Redes de Agricultura, Alimentação Escolar e Segurança Social do Quênia e revisão da estratégia do HGSFP, com base nas diretrizes do programa e compra local dos alimentos. O objetivo é aperfeiçoar as ações no país. (ONU BRASIL, 2016)

Para o governo do Quênia, o FNSP:

“visa agregar valor, construir sinergias e ajudar na implementação das políticas e estratégias nacionais e setoriais existentes para lidar efetivamente com questões de insegurança alimentar e desnutrição no Quênia. Devido à natureza altamente intersetorial e às múltiplas dimensões das questões e iniciativas relacionadas com a segurança alimentar, um grande número de legislação, políticas e estratégias relevantes foram cuidadosamente revistos e considerados, incluindo quase todos os sectores da economia nacional, durante a Formulação do FNSP.” (*National Food Security Policy*, 2011, p.6)

Dessa forma, o governo com o apoio de parceiros existentes, procura identificar e desenvolver complementaridades, aumentando o impacto potencial do FNSP, e outras iniciativas relacionadas. Há três objetivos gerais declarados na política: alcançar uma nutrição adequada para todos os quenianos; aumentar a quantidade e a qualidade dos alimentos acessíveis a todos os quenianos; e proteger populações vulneráveis utilizando programas inovadores de segurança ligados ao desenvolvimento a longo prazo. (GoK, 2011)

De acordo com o último relatório do PMA, o programa promove a produtividade dos pequenos agricultores oferecendo um mercado acessível dada a abordagem descentralizada de aquisição dos alimentos, além de contribuir para a geração de novos empregos na comunidade dando impulso a economia local.

Constitui-se como uma estratégia chave para alcançar a Fome Zero e os SDG<sup>VII</sup> relacionados à educação, equidade de gênero e empoderamento feminino, renda familiar e saúde. Baseado na transferência de recursos a escolas, permite a compra direta de alimentos locais produzidos pela agricultura familiar. De acordo com o último relatório do PMA, 950.000 crianças das regiões áridas e semiáridas estão recebendo refeições do programa do governo. A meta é que até 2019 todas as atividades de alimentação escolar possam ser atendidas pelo mesmo. (ONU BRASIL, 2016)

De acordo com Langinger (2011), o novo programa transfere salários em dinheiro diretamente para as contas bancárias das escolas, efetuando esses pagamentos duas vezes por ano, com os montantes de auxílio proporcionais ao número de matrículas. O programa subsidiado pelo governo define os níveis de financiamento em nove centavos por refeição de estudante, aproximadamente metade do que os programas patrocinados pelo PMA gastam por refeição. Os ministérios da Educação, Finanças e da Agricultura acreditam que os esforços locais de aquisição e apoio da comunidade permitirão que os programas de alimentação escolar sobrevivam apesar dos recursos mais apertados.

Mais recentemente foram testadas estratégias para reforçar e expandir o HGSMP nas terras áridas do Quênia. Foram aumentados os valores das transferências (entre KES 10-12), para explicar os custos mais elevados provocados pela distância das escolas dos mercados vizinhos. De acordo com o PMA, embora a implementação do programa ainda esteja passando por um refinamento, ela oferece ganhos adicionais em comparação com o modelo de alimentação escolar regular. A avaliação externa do Programa Piloto de Transferências de Dinheiro para Escolas concluiu que "o custo de fornecer dinheiro diretamente às escolas era de 76% do custo da prestação de assistência em espécie" (WFP, 2015, p.16). Além disso, o HGSMP tem a possibilidade de promover uma integração da comunidade em torno da educação de seus filhos, e também cria uma demanda fixa de quantidades considerável de alimentos, estimulando a economia local. O modelo ainda deverá ser introduzidos em assentamentos urbanos de Nairóbi mas a data prevista para a entrega ainda não foi definida.

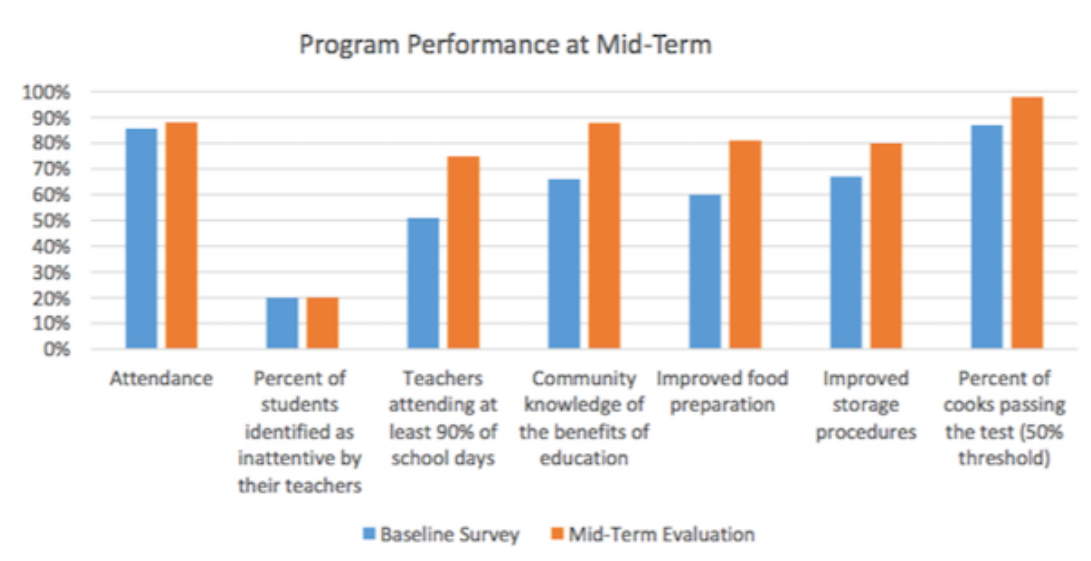
---

<sup>VII</sup> Sustainable Development Goals

## Resultados

O esforço do Quênia em desenvolver uma estratégia nacional de alimentação escolar, confirmou o compromisso do governo na construção e o fortalecimento da autossuficiência das políticas de combate a insegurança alimentar. Uma avaliação externa de médio prazo conduzida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos-USDA (2005) foi realizada no período de setembro de 2013 a dezembro de 2014, para analisar a qualidade da implementação das ações realizadas pelo programa. Em apoio ao Programa Mundial de Alimentos e o Programa de Alimentação Escolar no Quênia, a pesquisa buscou apontar os desafios, eficiência e sustentabilidade dos projetos instalados, e assim gerar recomendações que pudessem aperfeiçoar as políticas.

A figura abaixo mostra um panorama geral dos indicadores medidos e sua melhoria com relação ao início da pesquisa.



Fonte: USDA (2015)

De acordo com a pesquisa, a frequência escolar aumentou de 85,6% para 88%, com base na frequência escolar anual alunos selecionados aleatoriamente por escola. O percentual de alunos identificados como desatentos pelos professores permaneceu inalterado. Segundo os professores, a principal razão é a fome, atribuível a refeições escolares perdidas. O percentual de alunos de escolas participantes que

consomem regularmente uma refeição antes do dia letivo melhorou de 41% para 59%, embora ainda permaneça muito baixo. Isso pode ter um impacto negativo sobre o estado nutricional dos alunos e o desempenho do programa, considerando que mais de 50 por cento dos pais (56,1 por cento) reduzem as porções da refeição da noite quando o almoço é fornecido nas escolas. A pesquisa ainda revelou que o percentual de alunos nas escolas que consomem regularmente uma refeição durante o dia letivo diminuiu de 70 para 68 por cento, principalmente em razão da entrega tardia de alimentos devido a atrasos no pagamento dos transportadores. A frequência dos professores também melhorou de 51% em 2013 para 74,8% em 2014. Em média, 87,8% dos pais entrevistados para a pesquisa citaram pelo menos três benefícios da educação primária. Os indicadores relacionados às práticas de preparação e armazenamento seguro também melhoraram como mostra a figura.

A capacidade de produção local nas regiões áridas e semiáridas é um ponto bastante citado por alguns críticos do programa, que apontam que as comunidades rurais dessas regiões não têm capacidade de produção para atender a uma demanda “potencialmente esmagadora” de alimentos. De acordo com relatório da USDA, para que a produção local seja de fato estimulada, serão necessários outros projetos e parcerias que reforcem a oferta de alimentos. Muitas escolas participantes situam-se em regiões com uma capacidade de produção limitada, dependendo de 60- 70% de produtos importados de fora do distrito. Os agricultores rurais, estão geralmente afastados dos insumos agrícolas essenciais, como água, fertilizantes, e sementes, desprovidos de instalações adequadas para armazenamento em grande escala, com pouco acesso a crédito bancário. Como resultado, o dinheiro que deveria ir para as comunidades locais, muitas vezes tem como principais beneficiários os comerciantes não-locais. (LANGINGER, 2011)

Ainda que o HGSFP busque incentivar a produção local pela agricultura familiar, as políticas existentes servem para limitar compras de pequenos agricultores. Os rigorosos requisitos exigidos para o fornecimento de alimentos servem como uma barreira aos pequenos produtores que não conseguem atendê-los. O relatório da USDA (2009) preparado para a Fundação Gates destaca a necessidade de um esforço para a educação dos diretores e comitês escolares, agricultores e comerciantes nas questões de gestão e assistência técnica, visando a capacitação de

todas as partes envolvidas no programa, essencial para se alcançar eficiência. (USDA, 2009)

Segundo o relatório do USDA (2009), o governo acredita que ao entrar com o financiamento e transferir a gestão do programa aos comitês escolares locais esteja assegurando a participação da comunidade nas atividades, o que nem sempre é válido. Para os especialistas, os comitês podem se apropriar da sua posição para exigirem contribuições em dinheiro ou espécie dos pais das crianças beneficiárias, já que esses ficam responsáveis por todas as atividades do programa, desde aquisição e preparação dos alimentos até preparação dos relatórios. Vale ainda destacar o risco de se transferir dinheiro diretamente às escolas, que poderia facilmente ser usado indevidamente para atividades ilícitas, prejudicando o bom andamento do programa e seu público-alvo.

Em algumas escolas localizadas nas regiões rurais mais pobres, a escassez de água e infraestrutura inadequada dificultam a realização dos objetivos centrais do programa. Sem os insumos necessários para a preparação dos alimentos e recursos para pagar cozinheiros, essas veem-se impedidas de fornecer as refeições diárias aos alunos comprometendo “o pleno efeito do incentivo à refeição”. (LANGINGER, 2011)

Foram questionados os métodos de monitoramento e avaliação utilizados pelo governo do Quênia. Ainda que tenham-se encontrados relatórios regulares, pergunta-se se esses podem ser considerados suficientes para medir os impactos da política implementada. Apesar de apresentarem os dados quanto as aquisições realizadas, não demonstraram como o programa de alimentação escolar estava atuando na melhoria das metas de educação e geração de renda local. (USDA, 2009)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência brasileira em políticas públicas na área de segurança alimentar e proteção social é hoje uma importante aliada de muitos países em desenvolvimento, em especial os países africanos, que tanto vem sofrendo com as últimas crises. O sucesso em elaborar estratégias de articulação entre o Estado e a sociedade civil mostrou-se essencial para a redução da pobreza e da fome e consolidação do Brasil como referência internacional em políticas de proteção social. Atualmente, o modelo do PNAE incorporado à iniciativas de desenvolvimento da agricultura familiar vem sendo implementado em vários países da África e América Latina, mostrando-se uma alternativa promissora para a redução da desnutrição e desenvolvimento local.

Mesmo que o desenvolvimento econômico tenha impacto direto na segurança alimentar da população no Quênia, isso por si só não é o bastante para garantir a segurança nutricional dos quenianos. O HGSFP implementado em 2009 pelo governo do Quênia com o apoio do PMA e outros parceiros, é baseado no modelo brasileiro. Visando uma maior independência e sustentabilidade da segurança alimentar nacional, ao mesmo tempo que o projeto procura atingir as metas educacionais, estimula o desenvolvimento econômico local a partir do incentivo a agricultura familiar.

Apesar da importância do compartilhamento das expertises dos especialistas brasileiros, a cooperação para a segurança alimentar demanda muitos outros artifícios para sua integral eficácia. O fornecimento de refeições diárias pode atender à necessidades imediatas de alimentos, mas o resultado a longo prazo depende de muito esforço e coordenação de diferentes agentes. Primeiramente, é necessário um investimento maior na melhoria da qualidade das infraestruturas rurais, no desenvolvimento das capacidades de produção dos pequenos agricultores e aprimoramento da gestão local dos programas de alimentação e métodos de avaliação e monitoramento, para assim garantir maior controle e funcionamento das atividades servindo de material para possíveis refinamentos no futuro. Reproduzir uma política sem atentar-se aos detalhes que compõem cada lugar específico, não trará avanços aos problemas sociais a longo prazo.

## REFERÊNCIAS

ACTIONAID. Cooperação Sul-Sul brasileira: A experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Moçambique. 2015.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría das Relaciones Internacionales. **Carta Internacional**. São Paulo, v.2, n.2, p. 32-47, 2007.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 2016 do Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 2016.

BEGHIN, Nathalie. A cooperação brasileira para o desenvolvimento Internacional na área de segurança alimentar e nutricional: avanços e desafios. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2014.

BOECHAT, Luíza Barreto. A Cooperação Brasileira em Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique. Instituto de Relações Internacionais. Disponível em: <[http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio\\_resumo2015/relatorios\\_pdf/ccs/IRI/IRI-Lu%C3%ADza%20Barreto%20Boechat.pdf](http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/IRI/IRI-Lu%C3%ADza%20Barreto%20Boechat.pdf)>. Acesso em 15/09/2016.

BRASIL. MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cooperação Internacional. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/aipc/cooperação-internacional>>. Acesso em 20/02/2017.

FAO. Superação da Fome e da Pobreza Rural: Iniciativas Brasileiras. Brasília, 2016.

FAO. The State of Food Insecurity in the World 2015. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, 2015.

FAO. Strengthening of School Feeding Programmes in Africa. Disponível em: <<http://www.fao.org/in-action/program-brazil-fao/projects/school-feeding/en/>>. Acesso em 10/02/2017

FEWS NET. Kenya: Food Security Outlook. Disponível em: <<http://www.fews.net/east-africa/kenya/food-security-outlook/october-2016>>. Acesso em 20/02/2017.

GoK. National Food and Nutritional Security Policy, Nairobi: Agricultural Sector Coordination Unit, 2011.

IBRD-IDA. 2016 World Development Indicators: Featuring the Sustainable Development Goals. Washington, 2016.

IFPRI. 2015 Global Hunger Index: armed conflict and the challenge of hunger. Bonn, Washington, DC, and Dublin, 2015.

IPC-IG. The Role of South-South Cooperation in Inclusive and Sustainable Agricultural Development: Focus on Africa. **Poverty in Focus**, Vol. 24, Brasília 2012.

IPC, IG. Cooperação Sul-Sul: O Mesmo Jogo de Sempre ou um Novo Paradigma? **Poverty in Focus**, Vol. 20, Brasília, 2010.

IPC-IG. Brazil–Africa knowledge-sharing on social protection and food and nutrition security. **Working Paper**, n. 143, 2016.

Kimani-Murage, E. W. et al. Vulnerability to Food Insecurity in Urban Slums: Experiences from Nairobi, Kenya. **Journal of Urban Health : Bulletin of the New York Academy of Medicine**, 2014, p. 1098–1113. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/>>. Acesso em 25/02/2017.

LANGINGER, Nica. School Feeding Programs in Kenya: Transitioning to a Homegrown Approach. **Stanford Journal of International Relations**. Vol. XII, n.1, 2011.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto e Vírgula**, Vol. 5, p. 215-229, 2009.

MUÑOZ, E. E.; CARVALHO, T. C. O. A cooperação sul-sul brasileira com a África no campo da alimentação: uma política coerente com o desenvolvimento? **Cad. CRH**, Vol.29, no.76. Salvador, 2016

ONU BRASIL. Cooperação Sul-Sul: Quênia aprimora programa de alimentação escolar. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/cooperacao-sul-sul-quenia-aprimora-programa-de-alimentacao-escolar/>>. Acesso em 25/01/2017.

PAA ÁFRICA. Parcerias para superar a pobreza rural e erradicar a insegurança alimentar e nutricional. Disponível em: <<http://paa-africa.org/pt/about/paa-africa/>>. Acesso em 25/07/2016.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995- 2005** /Carlos Alfonso Iglesias Puente. – Brasília: FUNAG, 2010.

RADEMACHER, Amy. Food Insecurity in Sub-Saharan Africa. Topical Review Digest: Human Rights in Sub-Saharan Africa. Disponível em:< <https://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/africa/FoodInsecurity.pdf>>. Acesso em 25/01/2017.

SADAUSKAITE, Urte. **The issue of food insecurity in Kenya**. Master's Thesis, Department Of Culture And Global Studies, Aalborg University, 2014.



UNITED NATIONS. Chapter I. Disponível em:< <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/>>. Acesso em 15/08/2016.

USDA. WFP-SF Kenya Mid-Term Evaluation. A Mid-Term Evaluation of WFP's USDA McGovern-Dole International Food for Education and Child Nutrition Program's Support (2013- 2015) in Kenya from September 2013 to December 2014, October, 2015.

USDA. Assessment of Local Production for School Feeding in Ghana, Kenya, Mali and Rwanda. **Comprehensive Assessment Report**, 2009.

VALLER, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana : a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007.

WFP. Kenya Development Portfolio (2014-2018). Supporting National School Feeding Programme. **World Food Programme Kenya INFOBRIEF** n. 5. November, 2016.